

Demonstrações Financeiras

Usina Jequitibá SPE S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina Jequitibá SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Jequitibá SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Usina Jequitibá SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	355	598
Contas a receber	4	1.659	1
Adiantamento a fornecedores		120	120
Outros ativos		281	697
Total ativo circulante		<u>2.415</u>	<u>1.416</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	15	2.868	-
Impostos diferidos	14	2.510	-
Partes relacionadas	5	17.412	21.603
Direitos de uso em arrendamentos	6	2.901	3.142
Imobilizado	7	17.385	18.003
Total ativo não circulante		<u>43.076</u>	<u>42.748</u>
Total do ativo		<u>45.491</u>	<u>44.164</u>

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	4.074	3.591
Fornecedores		22	10
Obrigações tributárias		191	34
Arrendamento a pagar	6	2.715	2.272
Partes relacionadas	5	593	596
Outras contas a pagar		4	-
Total passivo circulante		7.599	6.503
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	22.003	24.673
Arrendamento a pagar	6	3.983	3.949
Obrigações tributárias		32	55
Total passivo não circulante		26.018	28.677
Patrimônio líquido			
Capital social	9	15.269	15.269
Prejuízos acumulados		(3.395)	(6.285)
Total patrimônio líquido		11.874	8.984
Total do passivo e do patrimônio líquido		45.491	44.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	10	5.617	4.661
Custo	11	(946)	(990)
Lucro bruto		4.671	3.671
Despesas gerais e administrativas	12	(460)	(188)
Despesas tributárias		(32)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.179	3.483
Receitas financeiras	13	1	4
Despesas financeiras	13	(3.800)	(4.402)
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		380	(915)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	14	2.510	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.890	(915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>2.890</u>	<u>(915)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>2.890</u></u>	<u><u>(915)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.269	(5.370)	9.899
Prejuízo do exercício	-	(915)	(915)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.269	(6.285)	8.984
Lucro líquido do exercício	-	2.890	2.890
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.269	(3.395)	11.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.890	(915)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Amortização de direito de uso – nota 6.1	241	239
Depreciação – nota 7	683	681
Apropriação de juros de arrendamento a pagar – nota 6.2	477	484
Encargos financeiros apropriados – nota 13.1	3.292	3.912
Impostos diferidos – nota 14	(2.510)	-
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(1.658)	1
Adiantamento a fornecedores	-	3.788
Depósitos judiciais	(2.868)	-
Outros ativos	416	521
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	12	(386)
Obrigações tributárias	134	(70)
Arrendamento a pagar	-	3
Outras contas a pagar	4	-
Caixa proveniente das operações	1.113	8.258
Juros pagos	(1.793)	(1.940)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	(680)	6.318
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado e ativo em posse de parte relacionada	(65)	(5.169)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(65)	(5.169)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	4.188	2.115
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.686)	(3.280)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamento	502	(1.165)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(243)	(16)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	598	614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	355	598
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(243)	(16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Usina Jequitibá SPE S.A. (“Jequitibá” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada da RZK Energia S.A. (“RZK Energia”), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar, conjunto 12, sala 4, Itaim Bibi, na cidade e estado de São Paulo.

A Companhia, iniciou suas atividades em 13 de março de 2018 e tem como propósito específico desenvolver e explorar a central de geração distribuída de energia elétrica produzida por sistema de energia fotovoltaica, na cidade satélite de Ceilândia, Brasília-DF.

A Companhia possui uma capacidade de geração de 5,94 MWp, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a geração média mensal foi de 952 MWh.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CTG 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2024.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Julgamentos e estimativas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o uso de julgamentos e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em informações disponíveis à época da elaboração das demonstrações financeiras e com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras, no montante de R\$5.184 suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, mantendo a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios.

2.2. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A Companhia aplicou o CPC 37 (R1)/IFRS 1 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade” pela primeira vez para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com data de transição em 1º de janeiro de 2022. Os parágrafos a seguir contêm detalhes da transição da Companhia para o CPC/IFRS e a aplicação do CPC 37 (R1)/IFRS 1.

O CPC 37 (R1)/(IFRS 1) exige que uma entidade que está adotando as CPCs/IFRSs pela primeira vez prepare um conjunto completo de demonstrações financeiras cobrindo seu primeiro período de relatório do CPC/IFRS.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Antes da adoção inicial do CPC/IFRS, a Companhia preparava informações financeiras para fins de tomada de decisão e para fins de atendimento das autoridades fiscais (“GAAP anterior”), sem preparar um conjunto completo de demonstrações financeiras conforme definido no CPC 26 (R1)/IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”.

A Companhia avaliou os impactos à luz do CPC 00 e CPC 26, e concluiu pela imaterialidade dos montantes, e conseqüentemente, pela não aplicação do CPC 23 às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são de alta liquidez e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

2.5. Contas a receber

São registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, deduzidas das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em suas análises, não constituiu provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e provisão para perdas para redução ao valor recuperável, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

2.7. Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativos de direito de uso - Intangível

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa capitalização de recursos na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

2.8. Passivo circulante e não circulante

Uma obrigação é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado e em que é provável a saída de um recurso econômico para saldar a obrigação. São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

2.9. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva até as datas dos balanços.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2.10. Receita operacional líquida

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita é medida líquida de descontos e impostos e é oriunda de contratos de aluguéis. Esses contratos podem ser ajustados de acordo com a performance do ativo arrendado. A energia elétrica, gerada pelo ativo da Companhia, é utilizada pelos clientes para obterem o benefício dos créditos de energia junto a distribuidora.

O reconhecimento contábil da receita se dá à medida em que a performance do ativo é alcançada.

2.11. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, a menos que seja um item mensurado ao VJR – valor justo por meio do resultado, nesse último caso os custos de transação são registrados no resultado do período.

Classificação e mensuração subsequente

a) *Ativos financeiros*

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

- mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- custo amortizado.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou gerados. A companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias.

c) Reconhecimento e desreconhecimento

O NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, determina que a companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento.

A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e / ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando, e somente quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou
 - Transfere o ativo financeiro a outra entidade e a não mantiver seu controle.
- A Companhia desreconhece o passivo financeiro quando, e somente quando:
- É extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada.

Impairment

A Companhia avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do impairment adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber a Companhia adota a abordagem simplificada, conforme permitido pelo NBC TG 48 e, portanto, reconhece, quando aplicável, as perdas esperadas ao longo de toda a vida do crédito desde o seu reconhecimento inicial do crédito. Com base nas análises da Companhia, não foi constituída provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

d) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. Os ativos da Companhia classificados como custo amortização são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como “despesas financeiras” na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

e) Valor justo de ativos financeiros

Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As divulgações de políticas contábeis da Companhia foram modificadas para atender a essas alterações propostas. As alterações não tiveram impacto na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano e não opera em países que adotaram essa norma.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e retroarrendamento, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo, decorrente de um contrato de empréstimo, é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros em até doze meses subsequentes.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos de acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	-	-
Aplicação automática (a)	<u>355</u>	<u>598</u>
	<u>355</u>	<u>598</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos mantidos na conta corrente possuem remuneração automática progressiva com rendimento de 2% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Transações com clientes – a vencer		
faturados	3	1
A faturar	<u>1.656</u>	-
	<u>1.659</u>	<u>1</u>

O contas a receber com clientes refere-se aos valores dos contratos que compõe a transação de geração distribuída. Essa energia elétrica é utilizada pelos clientes para obterem o benefício dos créditos de energia junto às distribuidoras, gerando, por sua vez, a base para o faturamento dessa energia pela Companhia. O saldo será faturado e recebido durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e não há constituição de provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo não circulante		
RZK Energia S.A.	11.456	15.066
RZK Solar 05 S.A. (i)	5.657	6.238
RZK Solar 01 S.A.	266	266
RZK Biogás 02 S.A.	33	33
	<u>17.412</u>	<u>21.603</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante		
RZK Solar 05 S.A.	593	593
Outras	-	3
	<u>593</u>	<u>596</u>

(i) Ativo em poder de terceiros: A Companhia efetuou a compra de ativo imobilizado para a construção da planta solar da RZK Solar 05 S.A. O montante será liquidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O restante das transações de partes relacionadas tem natureza de contas correntes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado. Os acordos não preveem a incidência de juros, estando registrados por seus valores nominais, não existindo vencimentos previamente definidos.

b) Remuneração da Administração

Não há despesa com remuneração da diretoria e dos administradores registrada na Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

6. Direitos de uso em arrendamentos e arrendamentos a pagar

6.1. Direitos de uso em arrendamentos

O direito de uso dos arrendamentos refere-se ao contrato de aluguel do imóvel onde encontra-se instalada a central de geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica. Na avaliação da Administração, o prazo remanescente para seu encerramento (360 meses) reflete a melhor estimativa de permanência no imóvel, e foi utilizado como base para cálculo dos valores a serem contabilizados.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A taxa líquida utilizada pela Companhia foi de 9,3% ao ano, sendo a mesma compatível com a remuneração auferida pelos empréstimos da Companhia.

As movimentações dos saldos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 de 2022 estão demonstradas a seguir:

	<u>Ativo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.238
Remensuração	(857)
Amortização	(239)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.142
Amortização	(241)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.901

6.2. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os arrendamentos a pagar estão assim apresentados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante	2.715	2.272
Passivo não circulante	3.983	3.949
	<u>6.698</u>	<u>6.221</u>

	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.594
Remensuração	(857)
Apropriação de juros – nota 13	484
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.221
Apropriação de juros – nota 13	477
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.698

A companhia moveu uma ação revisional de locação, e está realizando os pagamentos de seu aluguel judicialmente, o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2023 é R\$2.868.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

(a) Composição do ativo imobilizado:

	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor residual	
			acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Instalações elétricas	30	10.112	(1.541)	8.571	8.938
Máquinas e equipamentos	30	10.326	(1.577)	8.749	9.065
Construções em andamento		65	-	65	-
		20.503	(3.118)	17.385	18.003

(b) Movimentação do ativo imobilizado:

Custo:	31/12/2021	Adição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Instalações elétricas	10.112	-	10.112	-	10.112
Máquinas e equipamentos	10.326	-	10.326	-	10.326
Construções em andamento	-	-	-	65	65
	20.438	-	20.438	65	20.503
Depreciação:	31/12/2021	Adição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Instalações elétricas	(845)	(330)	(1.175)	(366)	(1.541)
Máquinas e equipamentos	(909)	(351)	(1.260)	(317)	(1.577)
	(1.754)	(681)	(2.435)	(683)	(3.118)

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

	% Taxa de Juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	6,46% + IPCA	27.355	29.764
Custos de emissão a apropriar		(1.278)	(1.500)
		26.077	28.264
Passivo circulante		4.074	3.591
Passivo não circulante		22.003	24.673

Em 25 de julho de 2019, foi registrada a 1ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real dos recebíveis, alienação fiduciária das ações emitidas pela Companhia e penhor das máquinas e equipamentos, conforme instrumento firmado entre a Companhia (“Emissor”) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O montante total da emissão foi de R\$ 32.000, correspondendo a 32.000.000 debêntures, pelo valor nominal unitário de R\$ 1 (um real), com prazo de 10 anos e seu vencimento ocorrerá em 17 de setembro de 2029, ressalvadas as hipóteses de (i) oferta de resgate antecipado, (ii) aquisição facultativa, com cancelamento da totalidade das debêntures, e (iii) vencimento antecipado de acordo com as cláusulas de “covenants” previstas no instrumento de emissão das debêntures.

Na data do vencimento, ou em qualquer outra, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das debêntures pelo valor nominal atualizado acrescido dos juros remuneratórios devidos.

Essas operações possuem cláusulas de compromissos denominadas como “Eventos de Vencimento Antecipado” não automáticos, incluindo a manutenção de índice financeiro atrelado ao “EBTIDA Ajustado” e ao “Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total”, além de outros eventos que acarretam no vencimento automático da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente.

As movimentações dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	28.264	29.572
Juros	3.070	3.690
Custo de emissão	222	222
Pagamentos de juros	(1.793)	(1.940)
Pagamentos de principal	(3.686)	(3.280)
Saldo final	26.077	28.264

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

9. Capital social

O capital social da Companhia autorizado e integralizado é de R\$15.269 (em 31 de dezembro de 2023 e 2022), representado por 15.268.634 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade da acionista RZK Energia S.A..

Em decorrência dos resultados do exercício e acumulados, não foram constituídas reservas e tampouco, realizada distribuição de dividendos no exercício.

10. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de transações com clientes	6.148	5.142
(-) Impostos sobre transações com clientes	(531)	(481)
	5.617	4.661

As receitas de transações com clientes são oriundas dos contratos de aluguéis. Esses contratos podem ser ajustados de acordo com a performance do ativo arrendado. A energia elétrica, gerada pelo ativo da Companhia, é utilizada pelos clientes para obterem o benefício dos créditos de energia junto a distribuidora. As receitas de transações com clientes são reconhecidas à medida em que a performance do ativo é alcançada.

11. Custos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciações e amortizações	(922)	(919)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(24)	(71)
	(946)	(990)

12. Despesas administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços tomados de terceiros	(437)	(162)
Despesas gerais	(23)	(26)
	(460)	(188)

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Resultado financeiro

13.1. Despesas financeiras

	2023	2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos – nota 8	(3.292)	(3.912)
Despesas bancárias	-	(3)
Juros e multa	(31)	(3)
Juros sobre arrendamento a pagar – nota 6.2	(477)	(484)
	(3.800)	(4.402)

13.2. Receitas financeiras

	2023	2022
Rendimentos financeiros	1	3
Juros e variações ativas	-	1
Total das receitas financeiras	1	4
	(3.799)	(4.398)

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2023	2022
Prejuízo fiscal líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(62)	(915)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	21	311
Exclusões temporárias	(424)	-
Crédito fiscal constituído (não constituído) sobre prejuízos fiscais	3.063	(311)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	2.510	-
Alíquota efetiva	661%	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados para refletir os efeitos fiscais futuros sobre os prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou registro do imposto de renda e contribuição social diferido proveniente de prejuízos fiscais dada a possibilidade de realização futura.

Com base em estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima realizar os tributos diferidos, registrados em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma:

	R\$
2024	691
2025	196
2026	270
2027	380
A partir de 2028	973
	2.510

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Administração entende que a presente estimativa de recuperação do saldo é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

15. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a riscos e processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Administração da Companhia, apoiada em seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Conforme explicado na nota explicativa nº 6.2, a Companhia é polo ativo na ação revisional de locação, e está realizando os pagamentos de seu aluguel judicialmente, o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2023 é R\$2.868.

16. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16.1 Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma para definir limites e controles de riscos apropriados ao seu tamanho e para monitorar os riscos e aderência aos limites. O Grupo RZK, por meio de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações, sendo todas as decisões relacionadas aos instrumentos financeiros revisadas e aprovadas pelo controlador do Grupo.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco socioambiental.

Taxas de juros

A Companhia possui exposição a índices de correção e taxas praticadas pelo mercado. Sua exposição é composta basicamente de taxas de juros dos empréstimos, que são vinculadas à variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), e juros de 6,46% a.a.

Liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O saldo de contas a receber e da receita operacional líquida está concentrado em um único cliente, porém a Companhia considera seu risco de inadimplência baixo, devido a sua estruturação de contrato a longo prazo com garantias e uma base histórica de perdas com clientes inexistente.

Usina Jequitibá SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Os valores a seguir representam a exposição máxima de risco dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	355	598
Contas a receber	1.659	1
	<u>2.014</u>	<u>599</u>

Risco socioambiental

A Companhia está sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções relativas à proteção ambiental. A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades. A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

17. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.